

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL Nº 260/2021

INTERESSADO: Sydney Fernandes de Barros Filho

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Professor Nilton Lins, nº 775, Parque das Laranjeiras, Manaus-AM

CNPJ/CPF: 10.717.750/0001-32

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 06.300.445-3

FONE: (92) 98245-1228

LI: 082/2021

REGISTRO NO IPAAM: 1012.2311

PROCESSO No: 2602.2021

ÁREA A SER SUPRIMIDA: 0,50ha

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

LOCALIZAÇÃO: Rua Anhadui, s/nº, Flores, Manaus-AM.

Coordenadas Geográficas da Área a ser suprimida:

| Ponto | Leste | Norte | Latitude | Longitude |
|---------|---------|-----------|--------------|--------------|
| PROP 01 | 831,350 | 9.662,564 | 03°2'55,37"S | 60°1'09,83"O |
| PROP 02 | 831,250 | 9.662,573 | 03°2'55,10"S | 60°1'13,05"O |
| PROP 03 | 831,254 | 9.662,623 | 03°2'53,50"S | 60°1'12,92"O |
| PROP 04 | 831,354 | 9.662,614 | 03°2'53,73"S | 60°1'09,70"O |

FINALIDADE: Autorizar a supressão vegetal, para a implantação de um empreendimento comercial atacadista de alimentos para animais, em uma área de 0,50ha, conforme LI/ IPAAM/Nº082/2021.

Volume Autorizado: 33,9244(st) Lenha

PRAZO DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO: 01 Ano.

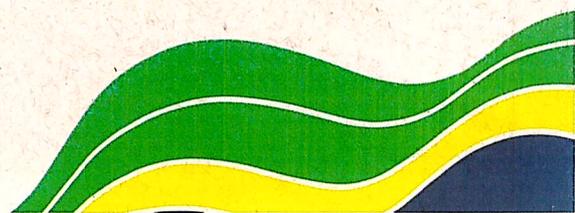
Manaus-AM, 10 DEZ 2021

Wanderleia H. Salgado do Nascimento
Diretoria Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico



RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO – Nº 260/2021

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº **2602.2021**.
7. Para o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta Autorização de Supressão Vegetal - ASV, o empreendedor/detentor da ASV deverá solicitar a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF junto ao IPAAM, o que corresponde uma posterior inserção de novo pedido junto ao SINAFLOR;
8. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
9. Realizar durante o período de supressão vegetal as medidas preventivas e mitigadoras dos impactos relacionados fauna silvestre;
10. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12 e 12.727/2012;
11. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
12. Em caso de solicitação de renovação, apresentar relatório de exploração florestal constando a planilha de volume de material lenhoso já suprimido e a ser suprimido, conforme autorização em Licença Ambiental Única – LAU de Autorização de Supressão Vegetal – ASV;
13. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
14. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória à homologação do pátio;
15. Esta Licença Ambiental Única – LAU de Autorização de Supressão Vegetal – ASV autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
16. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaiba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
17. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal nº 5.975/06.
18. Esta autorização para supressão vegetal é para uma área correspondente a **0,50** ha.
19. O interessado deve assinar, no prazo de 30 dias, Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, pela realização de corte de árvores protegidas para construção civil e infraestrutura, de acordo com o Termo de Referência a ser apresentado por este OEMA.
20. O executor deve apresentar relatório de execução da supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m³, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença.
21. O interessado deve apresentar no prazo de 365 dias, dentro do prazo de vigência da LAU de Supressão Vegetal, relatório da execução do plantio de mudas da mesma espécie contendo registro fotográfico e as coordenadas geográficas da área a ser contemplada e das mudas de seringueiras (*Hevea brasiliensis*).